

REVOLUÇÃO PASSIVA, GOLPE DE ESTADO E SUBVERSIVISMO REACIONÁRIO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Anderson Deo¹

*“Se queremos que tudo fique como está
é preciso que tudo mude”*

(Do personagem Tancredi, na obra *O Leopardo*,
de Giuseppe Tomasi de Lampedusa)

Resumo: o presente trabalho discute a particularidade da Revolução Burguesa no Brasil. Procura expor como o processo de objetivação do capitalismo no país reflete uma forma específica de dominação, cuja concreção reproduz uma forma também específica de *Revolução Passiva*. A hipótese na qual nos pautamos aponta para a revolução brasileira como um longo processo de modernização conservadora, onde as transformações históricas foram (e são) dinamizadas pela composição entre o *historicamente velho* e o *historicamente novo*, pela *subalternização* da força de trabalho, amalgamados por um conteúdo ideológico igualmente conservador, que se explicita historicamente através de formas de *subversivismo reacionário*, reproduzindo o caráter *colonial-bonapartista* da *autocracia burguesa* que aqui se instala. O universo categorial lukasciano e gramsciano será por nós utilizado como referencial teórico.

Palavras-chave: revolução burguesa no Brasil; revolução passiva; particularidade do capitalismo brasileiro; subversivismo reacionário; modernização conservadora.

1. INTRODUÇÃO

Ao nos debruçarmos sobre a história brasileira, sobretudo no período que podemos identificar como o da Revolução Burguesa no Brasil, alguns elementos específicos desse longo processo – que para nós remonta ao período de autonomia política do país, na primeira metade do século XIX, encontrando seus contornos finais em meados dos anos 1970, como procuraremos demonstrar à frente – demarcam a particularidade brasileira. O primeiro que aqui apontamos diz respeito ao caráter dessa “revolução”. Em toda a histórica brasileira, mais especificamente o período do Império e da República, as transformações economicossociais se reproduzem como “grandes acordos” entre as classes proprietárias dos meios de produção, acordos “pelo alto”, onde os elementos sociais transformadores, aquilo que podemos identificar como *o novo* do

¹ Doutor em Ciências Sociais. Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília. Pós-Doutorado na Università Degli Studi di Urbino “Carlos Bo”. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP/Proc. 2019/06042-3). Líder do Grupo de Pesquisa – Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana-Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM/CNPq). <https://orcid.org/0000-0001-6081-3159>.



ponto de vista histórico, associa-se de forma subordinada, pagando um “alto tributo” ao historicamente *velho*.

Deriva desse processo, como condição fundamental à sua reprodução, e da própria dinâmica da luta de classes no país, a exclusão da força de trabalho – ou se preferirmos, da perspectiva do trabalho – de toda e qualquer propositura politicossocial que aponte para uma transformação profunda, com traços de radicalidade, para um projeto societário alternativo ao capitalismo. Esse processo de *subalternização* do trabalhador no Brasil é, portanto, fundamentalmente resultante do caráter da revolução burguesa. Desde a perspectiva burguesa, sempre foi fundamental conduzir os processos políticos sem promover ou propiciar possibilidades de rupturas radicais.

Outro elemento fundamental que se vincula à particularidade brasileira, diz respeito ao seu conteúdo ideológico. A forma como o ideário burguês é absorvido no país, num momento histórico (a partir de meados do século XIX) onde o projeto dessa classe já expressava, em escala mundial, seus limites e o esgotamento de um escopo progressista, produz formas de subjetividade fundamentalmente conservadoras e, em larga medida, reacionárias. Tal caráter também se manifesta politicamente, como não poderia deixar de ser, seja no campo imediatamente institucional, seja nos processos de transformação de longa duração. A violência do Estado Brasileiro é uma marca histórica, assim como o expediente político dos Golpes de Estado, de caráter abertamente bonapartistas, como forma da burguesia que vai aqui se constituindo manter sua dominação social, resultando numa forma específica de *autocracia burguesa*.

Parafraseando o personagem Tancredi, da obra *O leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, podemos afirmar que a história brasileira se desdobrou até os dias atuais como “uma contínua reposição do passado”, ou seja, todas as “grandes transformações” que ocorreram em nossa processualidade serviram para “manter as coisas” como sempre estiveram (LAMPEDUSA: 1979, p. 40)². Este é um elemento fundante da particularidade brasileira; no entanto, o que isto significa precisamente? Não podemos sequer aventar que a história é uma mera reprodução dos fatos, processo este entendido como uma constante cópia do passado, muito menos pressupor que os acontecimentos presenciados na atualidade já estavam previstos – mesmo que como fatos em potência – no passado e que foram se auto-realizando no tempo e no espaço. Aquilo que discutimos e analisamos como a historicidade presente é o resultado, sem

² Lampedusa nos oferece de forma magistral na obra citada, um quadro extremamente rico e detalhado do processo de unificação dos territórios italianos, na segunda metade do século XIX. Expõe com precisa correção a característica que marca a *Revolução Burguesa Italiana*, qual seja, a modernização (o desenvolvimento do capitalismo e seu congêneres ideológico, o liberalismo) que se “impõe” de uma forma a reafirmar os elementos conservadores e reacionários da forma de ser da sociabilidade daquele território. Tal processo é marcado pela aliança entre os setores historicamente tradicionais, nobreza (que vai se aburguesando no processo) e Igreja Católica, e àquele elemento social historicamente novo, a burguesia. Porém, esta última, já não desempenhava um papel social radicalmente novo, pois, a partir desse mesmo período, passa a se posicionar de forma a barrar qualquer tipo de progresso essencialmente humano, frente aos avanços da luta do proletariado internacional.

dúvida, de processos anteriores. Mas estes dependeram de uma série de relações de *causalidades* e *casualidades* mediadas pelos seres humanos que só puderam *dar respostas* a estes processos na medida em que estes se concretizaram³. Isto posto, de que forma devemos então compreender as palavras de Tancredi? E mais, se estas foram utilizadas para decifrar e ilustrar a particularidade italiana, qual é a identidade que as mesmas guardam com a *particularidade brasileira*?

Ao formular sobre o caráter da revolução burguesa na Itália, Antonio Gramsci desenvolve o conceito de *Revolução Passiva* como forma de capturar a *particularidade*⁴ desse processo no país. Todo esforço do pensador sardo de compreender os nexos constitutivos do *Risorgimento*, no nosso entendimento, percorre a mesma senda analítica aberta pelo pensamento de Lenin, quando este procura apreender as especificidades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, como pressuposto teórico fundamental da ação política revolucionária (LENIN: 1982). Assim, a análise gramsciana também pode ser compreendida como inserida na discussão das “vias não clássicas” de revolução burguesa que, de certa forma, ganhou maior notoriedade com Lenin, quando este desenvolve o conceito de *via prussiana* (LENIN: 1984).

O que buscamos demonstrar no presente trabalho são as aproximações da *particularidade* da revolução burguesa no Brasil com o caso italiano, a partir da conceituação gramsciana. Não se trata, no entanto, de uma “imposição metodológica” que busque extrair “à fórceps” da história brasileira exemplos e características que possam se “enquadrar” no conceito de revolução passiva. Pelo contrário, partindo dessa mesma historicidade, compreender como esta exprime e reflete um conjunto de complexos sociais que se aproximam – de forma exemplar, diríamos – dos conceitos desenvolvidos pelo pensador italiano.

2. REVOLUÇÃO PASSIVA E SENTIDO DA MODERNIZAÇÃO

Ao discutirmos a particularidade da revolução burguesa no país, verificamos que muitos dos elementos fundantes da forma de ser econômico-política brasileira foram constantemente *recolocados* ou *atualizados* como uma constante reposição/renovação do passado. Passado este que não se repete como *fax simile*, “cópia” pura e simples de processos anteriores, mas que se recoloca como *novo*, absorve *novos elementos*, promove *transformações*, em uma palavra, *moderniza-se*, mas sem perder seus vínculos originários. É uma processualidade que impulsiona uma modernização, apontando para

³ “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”, (MARX: 1974, p. 335).

⁴ Para uma primeira aproximação sobre a relação entre *universal, particular e singular* ver Lukács (1970).

o desenvolvimento civilizatório – mesmo que nos marcos da sociabilidade burguesa⁵ –, mas, ao mesmo tempo, tal modernidade é tributária do passado, é por este condicionada; não há rupturas radicais. Portanto, é possível observar, um constante processo de *modernização conservadora*, onde todo processo de transformação, ou melhor, reformas – econômicas, políticas ou sociais – é realizado de modo a garantir a perpetuação da autocracia burguesa, seja ela na sua forma legalizada (democracia burguesa) ou na forma da violência explícita (ditaduras civil-militares), derrotando qualquer possibilidade de projeto alternativo, que envolva os reais interesses dos trabalhadores brasileiros⁶.

São processos que reprimem a classe trabalhadora em suas mais distintas e variadas frações. São *mudanças pelo alto*, arranjos político-institucionais que garantem uma constante reposição das velhas forças políticas e sociais na composição do comando do bloco histórico de poder, seja através da legalidade institucional, seja através da força, como em golpes civil-militares. Aqui, o conceito aproxima-se da formulação gramsciana a respeito daquilo que o pensador italiano denominou por revolução passiva. Ao analisar o *Risorgimento*, Gramsci caracteriza o processo da Revolução Burguesa naquele país como uma forma de reação das classes dominantes em relação ao avanço político do proletariado. Consequência da luta de classes, esse processo resulta na permanência da subalternização do proletariado, ao mesmo tempo em que a burguesia promove um “progresso” nas relações sociais, ao acolher algumas reivindicações desta classe. Este elemento de “restaurações progressivas” ou “revoluções-restaurações” nos oferece os contornos do conceito de revolução passiva (GRAMSCI: 2002)⁷.

Observamos que o *Sentido* que sempre esteve presente no desenvolvimento históricossocial do Brasil se reproduz, absorvendo e dando origens a novos fenômenos, ou novos contornos a antigas manifestações da *forma de ser e ir sendo* da sociabilidade brasileira. No entanto, este “novo” não rompe, pelo contrário, conserva uma *forma*

⁵ MÉSZÁROS (2002), aponta para o esgotamento do caráter civilizatório do capital no atual momento histórico, argumentando que este, diante do atual ciclo de crise (econômica, societária, ambiental, etc.), só pode reproduzir a barbárie. Ver, do mesmo autor: *O século XXI: Socialismo ou barbárie?* (MÉSZÁROS: 2003). Não é do nosso interesse neste trabalho tratar desta temática, mesmo porque ultrapassaríamos seu escopo. No entanto, apenas uma questão para suscitar a polêmica: à medida em que a barbárie reproduzida pelo capital pode – e tal questão deve ser tomada apenas como possibilidade – abrir espaço para a necessidade da alternativa socialista, não estaria o capital produzindo “processos civilizatórios”?

⁶ Sobre o conceito de autocracia burguesa ver, fundamentalmente: FLORESTAN (1987). Outra importante análise sobre as origens da autocracia burguesa no país pode ser encontrada em: MAZZEO (2015), sobretudo o capítulo intitulado “As determinações histórico-particulares do Estado nacional brasileiro”.

⁷ Sobretudo o *Caderno 19* sobre o *Risorgimento Italiano*. Ibid. Vol. 5, p. 11-128 (conforme publicação brasileira). SECCO (2002, p. 104) apresenta uma síntese esclarecedora ao apontar o *Risorgimento* como “Movimento político-militar que levou à unificação da Itália em meados do século XIX, precisamente sob o comando da Casa de Savóia (monarquia piemontesa) e do moderado Cavour, o chefe da direita histórica. O pano de fundo da unificação, implícito em Gramsci, é a transformação econômica que permite à Itália se modernizar industrialmente, espalhar a relação assalariada de trabalho e tornar o país efetivamente capitalista. A unificação política representa o conjunto de mudanças institucionais e da superestrutura que permite remover as travas regionais e feudais, e os interesses localistas que impediam a emergência da infra-estrutura capitalista. Entretanto, a Itália não seguiu a via revolucionária ou jacobina, mas uma via reformista”.

própria de objetivação do capitalismo, seja no seu conteúdo político, seja em seus contornos econômicos.

Captar o *Sentido* de um momento histórico implica em reconhecer e apreender os elementos essenciais que imprimem uma determinada dinâmica aos fatos constituintes do mesmo⁸. Por mais específico que seja o recorte analítico, o conjunto dos acontecimentos históricos deve ser analisado à luz de seu todo. Assim, quando nos debruçamos sobre o objeto por nós aqui investigado, observamos que a direção social, política e econômica presentes no país reafirma elementos essenciais que, historicamente, constituem a estrutura sociometabólica brasileira. Ao analisarmos a história do Brasil, podemos afirmar que alguns dos elementos essenciais que a compõe sempre se fizeram presentes, o que nos permite apontar identidades entre aquilo que Caio Prado apontou como o *Sentido da Colonização*, aquilo que aqui denominamos como *Sentido da Modernização*, que compõem, no nosso entendimento, a essência da revolução passiva no país. O elemento teórico fundamental é a compreensão do *sentido histórico* a partir do princípio ontológico da “permanência na mudança”, assim definido por Lukács,

[...] A substância, enquanto *princípio ontológico da permanência na mudança*, perdeu certamente seu velho sentido de antítese excludente em face do devir, mas obteve também uma validade nova e mais profunda, já que o persistente é entendido como aquilo que *continua a se manter, a se explicitar, a se renovar nos complexos reais da realidade*, na medida em que a continuidade como forma interna do movimento do complexo transforma a persistência estática e abstrata numa persistência concreta no interior do devir. (LUKÁCS: 1979, p. 78).

Toda a estrutura econômica brasileira sempre esteve vinculada de forma dependente e, portanto, subordinada aos pólos centrais do desenvolvimento econômico capitalista. Nunca é demais lembrar que o Brasil “surge” para o mundo no momento de gênese do capitalismo, ou seja, toda estrutura sociometabólica que se ergue no período colonial esteve vinculada ao momento de acumulação originária do capital, configurada à época pela expansão do comércio mundial – também em sua fase originária. Neste momento, a nascente estrutura econômica do território foi organizada com vistas ao fornecimento de matérias-primas e manufaturados de origem agrícola à metrópole Portugal, mesmo porque, inexistia um mercado consumidor interno.

⁸ “Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, [...] não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação”. (PRADO JR: 2000, p. 7).

O processo de independência liderado por Pedro I não altera a essência econômica, pelo contrário, a reafirma ao manter a mesma matriz agroexportadora como elemento propulsor da dinâmica econômica “nacional”.

Mesmo com a implementação do café (primeira metade do século XIX) e, posteriormente, com o início do que poderíamos caracterizar como o processo de “Revolução Industrial Brasileira” (a partir de 1930), o elemento essencial da subordinação e dependência da economia brasileira em relação aos pólos centrais do capitalismo não se extingue, ao contrário, renova-se, absorvendo novas e complexas formas de realização.

Novamente, é preciso apontar que não negamos ou desprezamos as transformações ocorridas na economia brasileira, como por exemplo, a organização da produção tendo como base a mão de obra assalariada, a consolidação de um mercado de consumo interno, concomitantemente à estruturação de um complexo parque industrial que se completa na década de 1970. Pressupomos, inclusive, que o Brasil promove e completa sua “Revolução Burguesa”. A questão por nós aqui discutida diz respeito ao *caráter* desta “revolução”. E quando afirmamos que a manutenção de elementos essenciais da processualidade histórica brasileira – mesmo que com novos contornos fenomênicos – é uma constante, o fazemos num esforço de compreensão e caracterização daquilo que podemos denominar como “Revolução Brasileira”, cujo conteúdo histórico, real-concreto, seu *ser-precisamente-assim*, reproduz uma forma de revolução passiva.

Da mesma forma que na configuração econômica, a estruturação política passa por transformações ao longo de nossa processualidade histórica, mas sem negar ou superar algumas de suas características essenciais, muitas delas presentes desde o período colonial. Ao longo da história brasileira, a conformação do *Bloco Histórico*⁹ que esteve à frente do processo de reprodução social no país, em suas mais distintas “fases”, reproduziu – e ainda reproduz – como elemento essencial o caráter *autocrático* da dominação burguesa. Isso significa, antes de mais nada, que desde a chegada dos portugueses em “Pindorama”¹⁰, a estruturação da dominação política excluiu de sua

⁹ Tomamos aqui, como referência, o conceito gramsciano de *Bloco Histórico*. Trata-se de compreender como os processos históricos expressam uma dada forma de valores econômicos, politicoideológicos, culturais, ético-morais, e como estes se edificam e se consubstanciam na forma de dominação de classe. Para uma análise aprofundada do conceito, veja-se fundamentalmente, GRAMSCI (2000), especialmente os volumes 2 e 3, onde encontramos a discussão sobre o conceito de bloco histórico, respectivamente, nos Cadernos 10 e 13. Importante análise sobre o tema, abordando a discussão, expondo e analisando a polêmica teórica em torno da obra gramsciana, pode ser encontrada em, PORTELLI (1977). Hugues Portelli, aponta como uma das principais contribuições da análise gramsciana sobre esta temática, o “vínculo orgânico” que o autor italiano explicita entre os níveis sociais da “estrutura e superestrutura”, bem como o papel fundamental atribuído aos “intelectuais” como mediadores de tais relações. (Ibidem) principalmente o capítulo II – *A relação entre estrutura e superestrutura no seio do bloco histórico*. Ver ainda: GRUPPI (1978).

¹⁰ Forma pela qual os povos pré-colombianos se referiam ao território que viria a ser denominado “Brasil” pelos portugueses.

formatação os setores sociais que compuseram a classe trabalhadora brasileira ao longo de pouco mais de 500 anos de história.

Todo esforço de composição política da burguesia, que aqui se vai desenvolvendo desde a estruturação da empresa colonial, aponta para uma total exclusão dos setores sociais vinculados à força de trabalho. Na fase colonial, pela própria *forma de ser* do período, a burguesia rural que se constitui em torno da empresa agroexportadora se associa de forma subordinada aos centros europeus¹¹. Isso exclui, obviamente, qualquer possibilidade de participação da força de trabalho. Aliás, tal questão não está colocada historicamente, pois tal demanda só seria concretamente factível a partir de finais do século XVII e durante o século XVIII, com o nascimento do movimento operário na Europa. De qualquer forma, o comando político da colônia girava em torno das fazendas produtoras e seus “senhores”, que estavam associados de forma subordinada ao governo português. Conseqüentemente, escravos e homens livres¹² estão totalmente excluídos de qualquer decisão política, permanecendo subordinados ao jugo da dominação dos proprietários de terras.

A conformação de um bloco histórico com contornos nacionais, no entanto, só pôde ser nitidamente observada durante o processo de emancipação política que culminaria com a formação do Estado Nacional, em 1822. Esse é o momento originário da autocracia burguesa no Brasil (MAZZEO: 2015). Com a transferência da Corte Portuguesa, em 1808, o Brasil passa a internalizar todo o processo de concentração e administração do capital que – mesmo em crise – estava sob controle lusitano. Com isso, os ganhos da burguesia rural brasileira se avolumam, pois com o fim do monopólio comercial – *exclusivo metropolitano* – determinado pela “Abertura do Portos às Nações Amigas”, essa burguesia agroexportadora passa a ter um maior controle sobre os fluxos de capitais internamente produzidos.

Ao retornar a Portugal, em 1821, pressionado pela burguesia comercial lusitana, D. João VI tenta restabelecer a estrutura de exploração colonial vigente no Brasil, anterior a 1808. A reação da burguesia agroexportadora brasileira será imediata: era necessário se

¹¹ Marx em seus *Grundrisse* aponta para o caráter “anômalo” desta burguesia. Isto se explica pelas próprias características do momento histórico em questão. Nesta fase de transição, as classes sociais politicamente dominantes (e Marx se refere sobretudo à América Latina) ainda possuem as marcas do passado feudal em franca desagregação, mas já exercem um papel políticoeconômico que contribui decisivamente para o desenvolvimento do capitalismo, em gestação naquele momento. Assim, por exemplo, será oferecida à nobreza portuguesa a possibilidade de ocupação e exploração do território brasileiro no período colonial, ocupação esta fundada num estatuto jurídico cuja origem remonta à Idade Média (Cartas de Doação e Foral). No entanto, a estruturação da colônia se dará em função do desenvolvimento do capital em sua fase originária. É o momento da “subsunção formal do trabalho ao capital”, segundo Marx, onde em seu processo ontogenético, o capital incorpora formas não capitalistas, transmutando-as e reorganizando-as para que passem a desempenhar funções propriamente capitalistas. Veja, sobre a questão da “subsunção formal do trabalho ao capital” (MARX: 1978). Se Marx está certo – e pensamos que está – os membros da nobreza que no Brasil se instalam, são nobres que estão num processo de “aburguesamento”, pois ao mesmo tempo em que estão socialmente vinculados ao passado feudal – em franca decadência a partir do século XV –, desempenham funções próprias do capitalismo em desenvolvimento.

¹² Para uma análise aprofundada sobre o papel dos “homens livres” no período colonial ver fundamentalmente FRANCO (1983).

livrar do jugo português para ampliar a internalização de capitais. No entanto, do ponto de vista desta burguesia, esse processo de ruptura deveria ser cauteloso, pois os exemplos de ruptura revolucionária do Continente Americano – sobretudo dos Estados Unidos (1776-1783), mas principalmente do Haiti (1804) – não poderiam sequer ser cogitados. A saída encontrada foi a conformação de um bloco histórico que teve como liderança o futuro rei de Portugal, D. Pedro, que desponta no processo como o grande líder do Partido da Independência. Dessa forma, a burguesia que internamente se desenvolvia não correria o risco de qualquer participação “popular” no processo de independência, pois ao adotar a conformação institucional de uma monarquia, excluía qualquer possibilidade de avanço progressista representado pelas ideias republicanas. Note-se, portanto, que o *historicamente novo*, a *mudança*, a *transformação*, a *modernização*, ocorre de tal forma a garantir o *historicamente velho* (CHASIN: 1978, p. 626 a 628), *conservando* a estrutura econômica do país, cujas classes sociais que *permaneceram* à frente da condução da nação não mediram esforços para “manter tudo como sempre foi”.

Importante notar que data do processo de formação do Estado Nacional brasileiro uma característica essencial da autocracia burguesa internamente instalada – o que contribui para sua caracterização. Referimo-nos à utilização da força militar como forma de garantir o domínio do bloco histórico no poder, reprimindo violentamente qualquer forma de manifestação contrária ao seu domínio. É o que nos revelam os acontecimentos imediatamente posteriores à declaração da independência. O cerco à Assembléia Nacional, em 1823, impedindo a aprovação de uma Carta Constitucional (*Constituição da Mandioca*) com contornos liberais progressistas – mesmo que limitados – e a repressão violenta ao levante das províncias do Nordeste, em 1824, que se rebelaram contra a Constituição Outorgada no mesmo ano por D. Pedro I, rebelião esta que ficou conhecida como a Confederação do Equador, são exemplos claros de como o Estado brasileiro passaria a tratar todos aqueles setores que intentassem algum tipo de ruptura significativa no processo politicoeconômico do país.

Desdobra-se daí outra questão fundamental, que diz respeito à forma como o liberalismo foi apropriado e praticado pelos sucessivos blocos históricos que foram se conformando em torno do Estado no Brasil. Voltaremos a esta questão adiante.

Como descrito anteriormente, os acontecimentos imediatamente posteriores a 1822, conferem um importante conteúdo de instabilidade política à consolidação do Estado Nacional Brasileiro. Trata-se da disputa no interior do bloco histórico em formação. Uma vez isolado o principal inimigo de classe, no caso brasileiro, os setores ligados a incipiente pequena burguesia urbana e à força de trabalho, estes últimos, totalmente alijados do processo (lembremo-nos que a escravidão é mantida juridicamente no país até 1888), as disputas passam a ocorrer entre as frações de classe que disputam o controle do bloco. De um lado, temos a burguesia rural, formada basicamente por

brasileiros, e de outro, a burguesia exportadora, composta basicamente por portugueses diretamente ligados ao Imperador. Com a morte de D. João VI e a clara intenção de D. Pedro I de ocupar, concomitantemente, o trono brasileiro e o português, acirram-se as disputas, culminando com a violenta deposição de D. Pedro I, em 1831. Finalmente, a burguesia rural brasileira teria o controle do Estado em suas mãos, pois, como sabemos, D. Pedro II é nomeado imperador, mas impedido de governar devido à idade.

Chamamos atenção para a seguinte questão: a burguesia assume o poder através de um Golpe de Estado! E lançará mão deste “expediente político” sempre que o projeto políticoeconômico hegemônico vigente estiver sobre ameaça.

Assim, a estrutura política burguesa que se ergue a partir de 1831 oscilará entre a forma de uma autocracia legalizada e a forma militar. O caráter “golpista” da burguesia brasileira se fará presente em todos os momentos históricos que esta classe entender necessário para garantir a manutenção de seu poder, seja na disputa contra a classe trabalhadora, seja nas disputas intra-classe burguesa, expressando assim seu conteúdo bonapartista. É o que observamos nos processos que colocam fim ao *período das regências*, em 1840 (Golpe da Maioridade); no momento de Proclamação da República, em 1889; no fim do domínio hegemônico do bloco histórico formado pelas burguesias rurais, paulista e mineira, em 1930; em 1937, como forma de frear qualquer possibilidade de uma revolução de caráter nacional-popular, anti-imperialista, com o Estado Novo; em 1945, com a deposição de Vargas; com o golpe civil-militar, em 1964, que retira João Goulart do poder e elimina definitivamente qualquer possibilidade de desenvolvimento e de inserção do capitalismo brasileiro de forma autônoma no cenário mundial; e, finalmente, com o golpe jurídico-parlamentar que promove o *impeachment* de Dilma Rousseff, e impulsiona a destruição do que restou de patrimônio nacional brasileiro, através das privatizações, bem como a destruição de todos os direitos sociais conquistados pelo proletariado brasileiro ao longo de mais de 100 anos!¹³

O exame preciso, detalhado e aprofundado, de todos estes momentos da processualidade histórica brasileira foge aos objetivos deste trabalho. Ao caracterizarmos o momento inicial de estruturação da forma autocrática desenvolvida pela burguesia no Brasil, procuramos demonstrar a característica essencial que compõe a forma pela qual esta classe mantém o poder ao longo da história no país. Mais uma vez, chamamos a atenção para o fato de que em cada um dos episódios acima citados, novos contornos e contradições, resultantes de transformações economicossociais cada vez mais complexas, serão verificados. Portanto, a manifestação fenomênica da história brasileira possui e desenvolve uma diversidade de aspectos que nos permite inclusive

¹³ Veja-se, por exemplo, o conjunto de emendas constitucionais e medidas provisórias que estão sendo aprovados desde o governo de Michel Temer e se aprofundam com o governo de Jair Bolsonaro. As de maior vulto: Congelamento dos investimentos em saúde e educação no teto da inflação por 20 anos, Reforma do Ensino Básico, Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência.

identificar as transformações ocorridas ao longo dos anos. Por isso, é possível afirmar que, também em seu aspecto político, o país passa por um processo de *modernização*. Se analisarmos a história da democracia no Brasil em retrospectiva, verificaremos que importantes avanços foram feitos no sentido da consolidação desta forma burguesa de dominação política. No entanto, o que para nós é fundamental é o fato de que, apesar de todas as transformações – de toda a *modernização* – o elemento autocrático não é superado, sequer negado pela estrutura sociometabólica desenvolvida no país. Muito pelo contrário, este é *conditio sine qua non* da forma *precisamente assim* da burguesia ontogeneticamente constituída no interior do *complexo de complexos* societário brasileiro. Eis outro fundamento essencial daquilo que denominamos *modernização conservadora*, ou de outro modo, o *Sentido da Modernização* no Brasil.

Aqui, nos aproximamos da conceituação de Caio Prado Júnior quando este procura demonstrar o *sentido* que dá origem ao Brasil do século XX, vinculando-o aos primórdios da ocupação territorial do país pelos portugueses. Entendemos que Prado Jr foi um dos primeiros intelectuais da tradição marxista que buscaram compreender a particularidade brasileira ao modo de sua dialética da totalidade concreta¹⁴.

Ao caracterizar o *Sentido da Colonização*, Caio Prado buscou analisar os elementos fundantes da forma de ser da “Revolução Brasileira”. Assim, ao investigar a origem da estrutura econômica do país, evidenciou seus vínculos de associativismo subordinado aos centros econômicos mundiais, bem como a estrutura politicoadministrativa que aqui vai sendo constituída, pautada no domínio das classes sociais que controlam tais atividades econômicas. Os efeitos sociais deste tipo de estruturação econômico-política serão extremamente danosos para o conjunto da força de trabalho brasileira, bem como para os segmentos sociais que, historicamente, estiveram à margem do sistema produtivo¹⁵.

Mais uma vez, observamos que outro elemento essencial que sempre permeou a *forma de ser* da sociabilidade brasileira se reproduz. Mesmo com toda a complexificação e *modernização* da estrutura societal brasileira, que a partir do final do século XIX passa a se assentar na mão de obra “livre” assalariada, o “abismo” entre aquela classe que controla privadamente a produção da riqueza e aquela que vive da venda da sua força de trabalho, aprofunda-se vertiginosamente.

¹⁴ Para uma discussão sobre o caráter particular da análise caiopradiana, ver (COUTINHO: 1989). Encontramos um importante panorama da obra de Caio Prado Jr., bem como de sua importância para análise do Brasil em *Caio Prado Júnior*, de Luiz Bernardo Pericás e Maria Célia Wider (In: PERICÁS & SECCO, 2014). Para uma análise biográfica do mesmo autor, ver ainda *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução* (SECCO, 2008).

¹⁵ Ao se referir à estrutura social que se desenvolve no período colonial brasileiro, Caio Prado Jr. nos oferece a seguinte definição: “Em suma, o que se verifica é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e escravos, a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos [...]” (PRADO JR., 2001, p. 289).

Tal afirmação pode ser constatada empiricamente quando analisamos o processo de precarização das condições de trabalho implementado ao longo dos últimos quarenta anos, ampliado, sobretudo, a partir da década de 1990, e aprofundado drasticamente nos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-). Tal processo, além de lançar milhões de trabalhadores no desemprego e no chamado “mercado informal” de trabalho – onde nenhum direito trabalhista é observado –, vem promovendo um rebaixamento qualitativo nas condições de vida da força de trabalho, inclusive daqueles indivíduos que mantiveram seus empregos¹⁶. Longe de ser uma condição de miserabilidade puramente material, o processo de *modernização conservadora* – como não poderia deixar de ser – aprofunda a *miséria espiritual*, historicamente presente na sociedade brasileira. A reposição de forma vertiginosa do individualismo, próprio da ideologia liberal, promove uma espécie de *privatização das relações sociais*, onde a noção de indivíduo, *mônada fechada* em torno de interesses privados, absorve e explicita um conteúdo radical, reafirmando o princípio fundamental da propriedade burguesa, onde a realização do “eu” condiciona necessariamente a não-realização dos “outros”. Reafirma-se assim, o pressuposto de que o “outro” é um obstáculo à “minha” existência. Tais aspectos ideológicos – que aqui nos restringimos a apontar seus efeitos imediatos – podem ser percebido no esgarçamento dos mais elementares laços de convivência social. A violência (em todos os níveis e sentidos) reina absoluta nas grandes cidades brasileiras; o Estado, por sua vez, trata a questão como um problema de “segurança pública”, criminalizando toda e qualquer forma de existência que não respeite a lógica da propriedade privada – bem como aqueles movimentos sociais que questionam tal quadro de coisas; os trabalhadores estão constantemente sob a mira de fuzis, seja do crime organizado, seja da violência institucionalizada, plasmada no braço armado do Estado em suas múltiplas formas de organização policiais. Tais elementos reproduzem o que poderíamos identificar como essencial na ideologia do *subversivismo reacionário* brasileiro, resultado direto da revolução passiva no país, como procuraremos demonstrar adiante.

O “embrutecimento” de seres humanos não atinge somente as classes sociais subalternas, mas se estende ao conjunto da sociabilidade, como resultado direto da precarização, sucateamento, e conseqüente queda no nível educativo-cultural do país. Tal fato se explica também pela concepção de educação que passa a orientar os projetos político-pedagógicos no Brasil que, obedecendo à reposição dos valores liberais,

¹⁶ Tal processo será reconhecido, inclusive, pela burguesia, quando esta passa a utilizar a expressão “inimpreáveis” para qualificar a exclusão de parcelas importantes da população brasileira do processo de produção da riqueza. Lembremo-nos que a referida expressão foi utilizada por Fernando Henrique Cardoso, à época Presidente da República, e revela o caráter “estruturalmente necessário” do desemprego na sociedade capitalista. Para uma análise aprofundada do processo de reestruturação produtiva no Brasil e a conseqüente precarização do trabalho daí originada ver: ANTUNES (1995), BOITO JR. (1999), CARODOSO (2003) e ALVES (2000). Outro importante estudo sobre o fenômeno do empobrecimento da mão de obra no Brasil, principalmente pelo esforço de demonstração empírica deste fenômeno, pode ser encontrado em SOUZA (2009).

nega qualquer possibilidade de formação humanista, privilegiando a “formação para o mercado de trabalho”, responsabilizando individualmente os fracassos gerados socialmente, reproduzindo uma visão puramente pragmática da educação, orientada exclusivamente pela “lógica” do mercado.

A maior parte da população brasileira carece de condições básicas de saúde e higiene públicas. O Brasil chega ao século XXI com um sistema de saneamento básico inferior ao de alguns vizinhos latino-americanos, tais como Bolívia e Colômbia. Enormes contingentes se avolumam nas filas da rede pública de saúde, pois obedecendo a mais perfeita tradição liberal, o Estado reduz ao limite mínimo os investimentos para esta área, privilegiando a iniciativa privada, que acumula bilhões com o chamado complexo médico-hospitalar.

3. SUBVERSIVISMO REACIONÁRIO: O *SER-PRECISAMENTE-ASSIM* IDEOLÓGICO DA BURGUESIA NO BRASIL

Afirmamos anteriormente que uma das características mais importantes da “Revolução Brasileira” é o caráter particular com o qual os pressupostos ideológicos do liberalismo serão absorvidos e reproduzidos na forma sociometabólica que aqui vai se constituindo. Observamos que tal processo se diferencia substancialmente do ocorrido nos polos centrais do desenvolvimento capitalista. Em países como a Inglaterra, os Estados Unidos, a Holanda e sobretudo a França, os pressupostos liberais trouxeram consigo um conteúdo radicalmente revolucionário e progressista. Ressalvem-se as devidas particularidades, é possível afirmar que até meados do século XIX a burguesia europeia fundamentava-se no instrumental liberal, produzido no bojo no movimento cultural revolucionário Iluminista – como forma de colocar abaixo todo resquício feudal, ao mesmo tempo em que construía a “modernidade”. Somente com a expansão dos domínios burgueses e a consequente “ocidentalização do mundo”, novos “antípodas”¹⁷ serão constituídos, expressando a universalização da luta de classe, entre capital e trabalho.

Ao pensarmos a particularidade brasileira em sua perspectiva ideológica, verificaremos que a absorção dos pressupostos liberais pela burguesia que aqui vai se formando se condiciona a duas ordens de fatores contraditoriamente articulados: na primeira metade do século XIX (período em que tal ideologia ganha arrimo social no país), o liberalismo já expressa seu conteúdo conservador ao demonstrar os limites da emancipação política burguesa em nível mundial; ao mesmo tempo em que alcança

¹⁷ Marx aponta para o esgotamento do caráter revolucionário da burguesia em seus escritos para a Nova Gazeta Renana, ao analisar a vaga revolucionária que se esgota em 1848. (MARX: 1997). Importante análise sobre a expansão do ideal liberal e a universalização da luta entre capital e trabalho – de onde inclusive emprestamos os termos entre aspas – é a obra de DEL ROIO (1998).

seu limite histórico, esgotando seu caráter progressista, a doutrina liberal, tal como se materializa no Brasil, sequer observa os pressupostos básicos da emancipação burguesa, ou quando o faz, reveste-se de um duplo caráter. Assim, observamos um relativo processo de liberalização das atividades econômicas, ao mesmo tempo em que se mantém a escravidão; estrutura-se uma organização estatal fincada na divisão dos poderes, no sufrágio e na *universalização* de direitos. No entanto, a Constituição de 1824 estabelece um quarto poder (Moderador), garantindo poderes autocráticos ao imperador, e o voto será exercido a partir do critério censitário, excluindo a maior parte da população de qualquer decisão política, sem contar o próprio estatuto jurídico do escravismo, cuja existência *per se* já denuncia a contradição (MAZZEO: 2015, p. 111 a 113).

Seguindo a análise de Roberto Schwarz, a “comédia ideológica” que aqui se instala atravessa todo o segundo reinado, permanecendo mesmo após a Proclamação da República, a despeito da abolição da escravatura em 1888. A contradição entre os ideais liberais e a escravidão será *estabilizada* a partir da existência de uma camada de homens livres, cuja relação com os senhores de escravos dará origem às *relações de favor*, estas sim apoiadas nas ideias provenientes da Europa. A equação (se é que podemos assim qualificar) estrutura-se da seguinte forma: o liberalismo se aplica às relações entre senhores e homens livres – mesmo que de forma contraditória e excludente, pois estes não tinham direito ao voto, por exemplo. A mão-de-obra escrava é o elemento fundamental à realização de tal ordem política, uma vez que garante a organização econômica voltada para o lucro, fonte de reprodução da riqueza socialmente necessária à existência do território. Eis a essência de “as ideias fora do lugar”¹⁸, onde características que, em tese, são contraditórias, assumem formas – ao mesmo tempo em que as delinham – de particularidade histórica, expressando a essência de uma forma conservadora de representação das relações sociais – com largos traços reacionários, em alguns contextos históricos – reproduzida pelas classes proprietárias no Brasil.

Dando um salto histórico – mesmo com todos os riscos que tal procedimento analítico apresenta –, podemos afirmar que a essência da “comédia ideológica” se mantém, pois se em sua origem o liberalismo de extração prussiano-colonial assentava-se no escravismo da burguesia agroexportadora do país, durante a década de 1990 e início dos anos 2000, a burguesia representada pela social democracia será responsável

¹⁸ Este é o título do texto de abertura à obra *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwartz. Nesta “introdução”, Schwartz busca compreender como a particular reprodução e absorção do liberalismo na realidade brasileira, produziu um ideal estético também particular, capturado de forma precisa, segundo o autor, por Machado de Assis (SCHWARTZ: 2000). Em SEGATTO (2007), encontramos uma importante análise do romance machadiano *Esau e Jacó*. Entre outros aspectos, Segatto chama atenção para a forma contraditória de manifestação do liberalismo no Brasil, além de apontar para o caráter conservador das transformações políticoeconômicas ocorridas no país, características estas plasmadas pelos personagens machadianos. Diz o autor que, por meio de “[...] ‘reformas pelo alto’ [...] Em todos os acontecimentos agudos e cruciais [...], a classe dominante sempre procurou rearticular e reorganizar as formas de dominação política e acumulação de capital para fazer frente aos crescentes antagonismos e contradições sociais que se acumularam, como também, para impedir que as classes subalternas subvertam a ordem vigente e, ainda, para truncar sua participação no processo político.” (Ibid., p. 89).

pelo resgate da ortodoxia liberal, arrimo do projeto econômico-político do bloco histórico que se consolida a partir do governo Fernando Henrique Cardoso. Ou seja, mais uma vez a aparência fenomênica nos é apresentada de forma contraditória, pois a socialdemocracia no Brasil é responsável pelo desmonte do arcabouço politicoinstitucional do que poderíamos identificar – ou do que mais nos aproximamos – como o “Estado de bem-estar” brasileiro, plasmado na Carta Constitucional de 1988. Quando avançamos na história e observamos os efeitos devastadores para a perspectiva do Trabalho, que as reformas de conteúdo ortodoxo-liberal radical do governo Jair Bolsonaro estão promovendo, identificamos claramente o conteúdo autocrático da democracia no Brasil, mesmo que numa forma de reprodução política *não-clássica* e, portanto, *institucionalizada*, com a aliança do parlamento e do poder judiciário. A escalada reacionária do discurso político é mais um dos elementos do complexo social brasileiro na atualidade, que cria uma espécie de “amálgama ideológico” da barbárie que o país se encontra.

Mas, novamente, para compreendermos “o lugar das ideias” neste contexto, faz-se necessária a observação de nossa essência particular, onde a burguesia *que aqui vai se desenvolvendo* reproduz as características de uma *forma* particular de *ser* de revolução passiva. Amalgamada pelo caráter prussiano-colonial do capitalismo, a burguesia brasileira oscila entre o conservadorismo e o reacionarismo político, sendo que tais manifestações ideológicas se farão perceber de acordo com as contingências históricas dos períodos analisados. Os avanços sociais possíveis serão somente resoluções genérico-abstratas, apontadas pelos textos constitucionais, que encontram pouca efetivação na realidade concreta.

Enfim, a Revolução Burguesa, tal como esta se concretiza no Brasil, promove a estruturação de um bloco histórico de hegemonia burguesa, a modernização das relações econômico-produtivas, mas mantém, com novos contornos fenomênicos, a essência miserável, material e espiritual, das relações sociais no país. Eis o caráter do *Sentido da Colonização* que se atualiza, renovando-se e reafirmando-se, agora reproduzido em *Sentido da Modernização*.

4. REFERÊNCIAS

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Editorial Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BOITO JR., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

- CARODOSO, A. M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2003.
- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado*. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.
- COUTINHO, C. N. Uma via “não-clássica” para o capitalismo. (In) D’INCAO, M. A. *História e ideal*. Ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Editora Unesp/Secretaria de Estado da Cultura/ Editora Brasiliense, 1989.
- DEL ROIO, M. T. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.
- _____. *Os prismas de Gramsci: a fórmula da política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Xamã, 2005.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. Ed. São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1983.
- GRAMSCI, A. *Os cadernos do cárcere*. (6 volume). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRUPPI, L. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- LAMPEDUSA, G. T. *O leopardo*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- LENIN, V. I. “Las tres fuentes y las tres partes integrantes del marxismo”, in: *Obras Completas*. Tomo XXIII. Moscou: Editora Progresso, 1984.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- _____. *Ontologia do ser social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.
- MARX, K. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1997.
- _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. *O capital* – Capítulo VI: inédito. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.
- MAZZEO, A. C. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- _____. *O século XXI: Socialismo ou barbárie?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- PERICÁS, L. B. & WIDER, M. C. *Caio Prado Júnior*. In: PERICÁS, L. B. & SECCO, L. (Org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PERICÁS, L. B. & SECCO, L. (Org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PRADO JR. C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SECCO, L. *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Caio Prado Júnior: o sentido da revolução*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- SOUZA, J. et al. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009
- SCHWARTZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- SEGATTO, J. A. Política e Literatura em Machado de Assis. In: *Novos Rumos*, ano 22, nº 48, 2007